



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



Ata n.º 195

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezanove, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu no Salão engenheiro Coelho e Silva, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Penela.----
Presidiu o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Fernando dos Santos Antunes, sendo secretariado por David Fernandes Duarte (1.º Secretário) e Hugo Filipe Santos Paula (2.º Secretário).--
Presenças: Estiveram presentes os senhores deputados da Assembleia Municipal: Fernando dos Santos Antunes, David Fernandes Duarte, Emídio Domingues, Anabela Faria Mendes Monteiro, Marta Sofia Coelho Ramos, Luís Alberto Fernandes dos Reis, Adriana Filipa Carnoto Santos, Sara Margarida Rasteiro Rodrigues Marmé, Hugo Filipe Santos Paula, Arménio Avelar Luís, António Manuel Mendes Lopes, João da Paz Pires, Januário Pereira Antunes, Maria Fernanda Mendes Francelino Simões e os Presidentes de Junta de Freguesia da Cumieira, do Espinhal, de Podentes e da União de freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal, respetivamente: Fernando Manuel Ferreira Calado, Luís Oliveira Henriques Dias, Anabela Cristina Pereira dos Santos e Maria do Nascimento Rasteiro Marmé. -----

Faltas: Faltou a deputada Olga Sofia Antunes da Silva que foi substituída por Nuno Diogo Mendes Lourenço. -----

Participação dos membros da Câmara: A Câmara Municipal fez-se representar por Luís Filipe da Silva Lourenço Matias, Presidente da Câmara. -----

Abertura da Sessão: O Presidente da Assembleia, Fernando dos Santos Antunes, fez a abertura da sessão começando por cumprimentar o Presidente da Câmara, Luís Filipe da Silva Lourenço Matias, os Deputados Municipais e público presente. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Dando continuidade à sessão, foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior, em virtude de ter sido previamente distribuída a todos os elementos, estando em conformidade com a minuta respetiva, pelo que foi a mesma aprovada por unanimidade dos membros que estiveram presentes na última sessão e assinada. -----

De seguida deu conta da correspondência recebida no período compreendido entre um de maio a vinte e oito de junho 2019, de acordo com o disposto a alínea m) do n.º 1 do art.º 29. da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

Realçou alguma de maior importância. -----

Aberto o período “antes da ordem do dia”, inscreveram-se os seguintes membros da Assembleia Municipal, a quem foi dada a palavra: -----

- Tomou a palavra o deputado Emídio Domingues, que a todos cumprimentou, dizendo pretender deixar apenas duas notas. -----

Referiu-se a mais uma edição da feira medieval, que decorreu no mês passado, no dia vinte cinco de maio, que este ano celebrou as suas “bodas de prata”. Fez uma breve resenha das feiras medievais, informando que as mesmas foram criadas na idade média, pelos nossos reis. Foram o maior fator de desenvolvimento daquela época, não só económico, mas também sob o ponto de vista social, pois era o único momento da vida das pessoas em que havia algum alento, alegria e diversão. Trata-se de um marco que contribui para a nossa identidade e, tendo Penela o castelo como palco, cenário ideal, faz todo o sentido que a mesma se realize. Este ano foi um sucesso, querendo-lhe parecer que foi um dos melhores anos em termos de afluência e participação. -----

Parabéns a quem há 25 anos iniciou e parabéns a quem continua a proporcionar este momento lúdico que tanta gente traz à vila. -----



seria a aldeia da Ferraria de São João, pois passado uma semana de incêndio procedeu à limpeza da faixa de proteção. A Câmara Municipal já procedeu ao agradecimento ao mecenas. -----
Respondendo à Deputada Marta, sobre a questão dos muros de pedra seca, informou que a Câmara Municipal de Penela, durante dois anos, tem a presidência das Terras de Sicó, dado ter um regime de governação alternado. Como tal, estabeleceu um conjunto de projectos, na sua perspetiva estruturantes para o território Sicó. *Olhou-se para os recursos existentes e tentou-se valorizá-los, protegê-los e geri-los, por isso temos um conjunto de programas e de projetos que estamos a desenvolver, constando um deles da ordem de trabalhos, a delimitação da ARU de Chanca, associada à rede de aldeias calcárias de Sicó. A valorização dos muros de pedra seca foi apenas uma consequência daquele que é o território que nós temos, que continua a ser um elemento diferenciador não só pela presença na paisagem, como da memória das pessoas na sua componente história. Vai-se perdendo a técnica e vão-se destruindo muitos muros por não haver mecanismos de valorização, de proteção, nem quem saiba conservá-los. Teve sentido a candidatura apresentada, já antecipada por outros Países da União Europeia. É um projeto para dez ou vinte anos, mas que tem de se iniciar.* ----
Sobre a questão do Deputado David Duarte, disse desconhecer que era o trigésimo segundo encontro do Monte de Vez. Esteve lá e também na feira medieval. É um evento que está sempre bem participado, agradecendo a dedicação do presidente da comissão de melhoramentos. -----
Sobre a geminação de Ormenon-sur-marne acha que no geral os processos de geminação são dolorosos pois é difícil, manter o compromisso, ao contrário de Morconne onde não há comunidade Portuguesa, a diáspora. Há que ver o que pretendemos das geminações, sendo certo que a geminação ideal será com os PALOP, pois com os países da Europa não passamos do domínio cultural. Terá de se passar para a segunda fase, o intercâmbio económico, pois hoje em dia são outras as nossas necessidades e os nossos interesses. -----

ORDEM DO DIA

Da convocatória para esta sessão constava a ordem de trabalhos que abaixo se discrimina:

Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação de informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município;
2. Informação Financeira;
3. Plano Diretor Municipal de Penela. Primeira alteração à primeira Revisão;
4. Área de Reabilitação Urbana Chanca - Rede de Aldeias de Calcário;
5. Transferência de competências para as comunidades intermunicipais ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto:
 - 5.1 - Decreto-Lei n.º 21/2019 – Concretiza a transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio da educação;
 - 5.2 - Decreto-Lei n.º 23/2019 – Concretiza a transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio da saúde;
 - 5.3 - Decreto-Lei n.º 58/2019 – Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos das comunidades intermunicipais, no domínio do transporte turístico de passageiros e do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores;
6. Portugal Romano – Adesão;
7. CTT - Correios de Portugal. Rede postal e oferta mínima de serviços - Informação da ANACOM.

PRIMEIRO PONTO – APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO: Para se dar início a este ponto da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, que por sua vez referiu, relativamente



que não se deve esperar para fazer e/ou melhorar as acessibilidades, nomeadamente a estrada Municipal que liga a Ordem ao Casmilo, sendo bom que na proposta estivesse contemplada essa parte. -

Deixou também uma sugestão no sentido de incluírem a aldeia de Tamazinhos num projeto semelhante, pois é também uma aldeia muito rica que está a ficar deserta, sendo uma pena deixar que ela acabe. -----

O Presidente da Câmara, respondeu ser óbvio não haver *descoincidência* naquilo que está a ser feito. A rede de aldeias de calcário é mais um projeto, que se enquadra numa estratégia bem definida de valorização do Sicó. -----

Não havendo mais pedidos para intervir foi o assunto colocado a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de delimitação da área de Reabilitação Urbana da aldeia de Chanca, aprovada pela Câmara Municipal. -----

QUINTO PONTO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS COMUNIDADES INTERMUNICIPAIS AO ABRIGO DA LEI Nº 50/2018, DE 16 DE AGOSTO: O Presidente da Assembleia Municipal pediu ao Presidente da Câmara que fizesse uma apresentação conjunta dos três subpontos. -----

O Presidente da Câmara começou por dar conta que o Conselho intermunicipal deliberou favoravelmente aceitar a transferência das competências respeitantes ao Decreto-Lei nº. 21/2019 e 23/2019, ambos de 30 de janeiro e as plasmadas no Decreto-Lei nº. 58/2019, de 30 de abril, para a Comunidade Intermunicipal, designadamente nas áreas da educação, saúde e transportes. -----

Referiu que, mais cedo ou mais tarde, também teremos de assumir tais competências sob o ponto de vista municipal, à semelhança das CIM, embora estas estejam já em processo mais adiantado. Esclareceu que, se sob o ponto de vista operacional não temos que aceitar já, pois temos de nos preparar para isso primeiramente; considerando aquilo que é as competências que estão a ser atribuídas às CIM, ainda na parte da planificação, da gestão da rede, em alta, faz sentido que sejam atribuídas já, e desde já recebidas, porque é nesta fase que a CIM vai ter a oportunidade de fazer o mapeamento dos equipamentos. Para o poder fazer e posteriormente para que nós possamos creditar as nossas operações é importante termos o parecer da CIM, daí fazer todo o sentido que as aceitem já. -----

O deputado Mendes Lopes, é da opinião que a descentralização está a ser mal pensada, pois há muita gente e muitas entidades a tratar do assunto. Questionou. O que acontecerá à CCDRC depois deste processo? com que competências? a fazer o quê? Cada um vai ter competências e crê estarmos a enveredar por um caminho da confusão, pois cada um irá ter competências, ou não, sobrepondo-se umas às outras, e vai haver um diálogo difícil entre as entidades. Disse não ser contra a transferência das competências, achando sim que o modelo de descentralização que está a ser adotado não seja o mais correto. Certamente seria muito mais fácil que a entidade regional tivesse essa agregação de competências, muito mais abrangente que apenas uma CIM. Está convicto que isto irá criar confusão ao nível daquilo que é a administração regional. -----

O Presidente da Câmara Municipal, disse ter tido a oportunidade, no pretérito dia dezassete, de dizer isso mesmo ao Primeiro-ministro, numa reunião. O que se está a assistir não é propriamente uma descentralização de competências, mas sim uma municipalização de competências. O que está a ir para as CIM é ainda muito ao nível do mapeamento e da rede, não tem propriamente competências duras. Temos desconcentração de serviços e temos descentralização de serviços. Temos depois uma arritmia demográfica pois os mapas administrativos não batem certo uns com os outros. O mapa da saúde era o mesmo do Pinhal Interior, na justiça o mapa judicial era praticamente o mapa dos



distritos, o mapa do IEPF nem se sabe bem qual é... Há uma desfuncionalização absoluta daquilo que são os vários níveis de intervenção, sendo que depois será muito difícil do ponto de vista sub-regional sabermos com quem temos de falar pois nunca serão os mesmos. Temos sempre atores e pessoas diferentes no território. O que disse ao senhor Primeiro-ministro foi muito simples. A solução passará por, primeiramente definir um mapa, chegar-se a um pacto de regime e durante pelo menos vinte ou trinta anos ninguém mexer nesse mesmo mapa, pois temos uma descoincidência enorme de mapas o que dificulta tudo. Era importante haver esta coerência por forma a definir-se estratégias conjuntas porque depois nada bate certo. Sugeriu que lessem o relatório do PNPOT, que fruto da nossa insistência, está patente a possibilidade de se recuperar a zona do Pinhal Interior. Não sabe se é andar para a frente ou para trás, sabe sim que será um assunto que irá gerar muita discussão. *Terá de haver uma estratégia concertada e certamente iremos ter mais um mapa.*

O Presidente da Assembleia Municipal, disse ter gostado das últimas intervenções pois é um discurso de quem de alguma maneira volta para a nossa realidade. Lembra-se da discussão aquando do processo de criação da CIM de Coimbra e da extinção da CIM do Pinhal Interior. Folga em ver aqui a possibilidade de recuperação do Pinhal Interior, com competências e com capacidades, como grande área do interior coincidente com concelhos de baixa densidade demográfica. Recordou que foi através da AIBT do Pinhal interior que se iniciou o projeto de desenvolvimento da Ferraria de São João. São realidades completamente diferentes, o litoral da CIM de Coimbra e o interior da CIM de Coimbra ou o norte do distrito de Leiria.

O Presidente da Câmara, referiu que o problema é mais profundo do que esse. Há que ver a questão da coesão territorial, enquanto não for criado o critério da baixa densidade e da convergência ao nível concelhio e não ao nível de NUT 3, vamos continuar a divergir.

Não havendo mais pedidos para intervir foi o assunto colocado à votação tendo a Assembleia Municipal deliberado para cada um dos pontos o seguinte.

5.1 - Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que concretiza a transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio da educação, ao abrigo do artigo 31º da lei nº 50/2018, de 16 de agosto: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a transferência de competências para a CIM RC, na área da educação.

5.2 - Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro que concretiza a transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio da saúde, ao abrigo do artigo 33º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a transferência de competências para a CIM RC, para a área da saúde.

5.3 - Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril, que concretiza a transferência de competências para os órgãos das comunidades intermunicipais, na qualidade de autoridades de transporte previstas nos artigos 6º a 8º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros, aprovado à Lei nº 52/2015, de 9 de junho, na sua redação atual, no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a transferência de competências para a CIM RC, na área dos transportes.

SEXTO PONTO - PORTUGAL ROMANO - ADESÃO: Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara, pedindo-lhe que fizesse a apresentação do ponto em epígrafe.

O Presidente da Câmara fez presente a proposta de adesão ao Portugal Romano, explicando que esta iniciativa se deve maioritariamente ao colega de Condeixa-a-Nova, que tem um reconhecido património ligado à romanização, com as "ruínas de Conimbriga" e também com um património mais recente, o museu Poros. Conimbriga tem potencial enormíssimo, apesar de estar na mesma há mais de vinte anos, não obstante ser um dos museus mais visitados de Portugal. Temos aqui uma